



## COMUNICAÇÃO EM TEMPO REAL COMO LÓGICA PROBLEMATIZADORA DO RECONHECIMENTO EM CONTEXTOS DROMOCRATIZADOS

Angela Pintor dos Reis<sup>1</sup>

### Resumo

O estudo analisa as condições da experiência de reconhecimento de um sujeito por outrem nas relações intersubjetivas mediadas pela velocidade em uma sociedade que elegeu a lógica da comunicação em tempo real como seu valor representativo. O entendimento de base é o de que a velocidade como propriedade determinante da dromocracia comunicacional (TRIVINHO, 2007) é atuada pelo sujeito na vida social e comparece, assim, como vetor mediador da percepção e da expressividade, configurando um contexto que desfavorece a concretização do reconhecimento (HONNETH, 2011) como experiência por meio da qual o sujeito é levado em consideração e admitido por outrem como válido em sua singularidade.

**Palavras-chave:** Comunicação em tempo real. Velocidade. Dromocracia. Reconhecimento.

### O problema em discussão

O regime dromocrático<sup>2</sup> é considerado neste estudo em sua configuração comunicacional, especificamente manifestada pela lógica da comunicação em tempo real, como contexto problematizador da experiência de reconhecimento de um sujeito por outrem nas relações intersubjetivas. Esta experiência é compreendida como potencialmente existente nos processos de comunicação interpessoal e intergrupar, mediada ou não tecnologicamente, e concretiza-se quando o sujeito é admitido como válido em sua singularidade e aprioristicamente aceito na expressão de suas ideias, opiniões, sentimentos, valores, visão de mundo e *modus vivendi*.

---

<sup>1</sup> Membro do CENCIB - Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Docente do Centro Universitário Senac. E-mail: [angelapintor@terra.com.br](mailto:angelapintor@terra.com.br).

<sup>2</sup> A conceituação, caracterização e análise crítica do desenvolvimento da dromocracia como regime político e mediático de massa e cibercultural foram amplamente realizadas por Trivinho (2007) e Virilio (1993a, 1993b, 1996, 2000). Com base nestes autores, cabe especificar apenas que o termo dromocracia constitui-se a partir do prefixo grego *dromos*, significante indicativo de corrida, para nomear um regime que institui o domínio sobre o território como lógica existencial para uma sociedade; por esta razão, o referido regime é dependente da velocidade como valor axial para a concretização de seu empreendimento.

# V COMcult

---

## o que custa o virtual?

A tese central do presente estudo exprime-se no entendimento de que a lógica da comunicação em tempo real compromete a experiência do reconhecimento nas relações intersubjetivas, mediadas ou não tecnologicamente, porque essa lógica, ao ser atuada na vida social e reproduzida tacitamente como aceleração do corpo e da subjetividade, medeia a percepção e a expressividade dos sujeitos, contribuindo para que estes se encontrem em situação desfavorável para se perceberem como pessoas a serem levadas em consideração. Isto é, para a concretização da experiência de reconhecimento não basta que o sujeito seja detectado por outrem dentro de seu campo visual e que este reaja automaticamente àquela presença; é fundamental que outrem se dirija ao sujeito considerando-o válido como um existente (HONNETH, 2011, p. 170) e expresse deferência, situação dificilmente alcançada quando o imediatismo, a fugacidade e a efemeridade como propriedades típicas da lógica da comunicação em tempo real medeiam as relações intersubjetivas.

### **1 A vigência comunicacional da dromocracia**

O contexto sociocultural dromocratizado a que se refere este estudo constitui-se com a valorização social da velocidade na forma de comunicação em tempo real como lógica produtivista da vida nas sociedades capitalistas avançadas. Embora seja um fenômeno plenamente desenvolvido no final do século XX, pode-se dizer que a comunicação em tempo real é o desdobramento comunicacional e cultural da mentalidade administrativa científica que desde o século XIX vem orientando o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Em certa medida e em plano rudimentar, o princípio da comunicação em tempo real estava projetado na lógica de operação do capital já na Revolução Industrial, quando os investimentos em máquinas e em modelos de gestão eram realizados para se obter a máxima redução do tempo de produção e de circulação de mercadorias e para se desenvolver a capacidade de produção de bens em série e em larga escala. Tratava-se de superar a configuração tradicional do tempo e do espaço para acelerar tanto a chegada de mercadorias a um número cada vez maior de consumidores quanto o tempo da transformação de mercadorias em dinheiro. O problema a ser resolvido era o de configurar a experiência do tempo e do espaço como aceleração da presença territorial do capital nas formas de produção, distribuição e consumo de mercadorias – o esforço estava voltado para a obtenção da ótima

# V COMcult

## o que custa o virtual?

produtividade do espaço. Esse empreendimento, em função de seus propósitos, gestava a lógica da comunicação em tempo real no sentido de projetar um fenômeno que se configuraria plenamente um século depois como a dupla experiência que reúne simultaneidade entre o acontecimento de um fato e sua recepção/propagação como mensagem e interatividade. Em síntese, a ambição, concretizada na atualidade, era eliminar a distância entre saída e chegada.

Com o processo de amadurecimento técnico e tecnológico do capital na primeira metade do século XX, o ideal de produtividade do espaço deixou de ser exclusivo do mundo empresarial e do trabalho e alastrou-se socialmente, posicionando a velocidade no imaginário coletivo como valor com a função de atribuir sentido a um modo de vida economicamente produtivo. Nessa conjuntura, o ideal produtivista assentou-se socialmente com base em três fatores, a saber, [1] na relação de dependência constituída e crescentemente alimentada pelo sujeito em relação aos objetos – bens e equipamentos –, concebidos para encurtar o tempo de duração de atividades e tarefas; [2] no desenvolvimento das telecomunicações e da tecnologia aplicada ao processamento da informação e da comunicação; e [3] na automação empregada na produção industrial, demandante de profissionais aptos a gerenciar informações e processos. Esses fatores têm em comum o fomento ao apreço pela economia de tempo e por métodos e procedimentos capazes de concretizar, para o sujeito, um ganho em suas ações de consumação do ambiente. Nessa esteira, a velocidade é legitimada como valor e eixo articulador da vida social.

No processo de cristalização da velocidade como valor social, os meios de comunicação de massa e interativos atuaram como mediadores na constituição do tecido social reprodutor do imaginário produtivista, mas não apenas porque desempenharam a função de disseminadores do discurso da administração científica. Na qualidade de corporações, os meios de comunicação (tanto de massa quanto interativos) são integrantes do sistema capitalista de produção e alimentam-se, portanto, da sua lógica; vivem o capital por dentro, posicionando-se muito além de meros reprodutores de ideias hegemônicas. Os meios de comunicação são o próprio modo de produção capitalista atuando em dimensão sociocultural.

Significa dizer que a dromocracia, na qualidade de regime político, opera econômica e socialmente como comunicação quando esta é transformada em vetor de época de uma

# V COMcult

## o que custa o virtual?

sociedade que, por processo histórico, delineou-se com base em valores dromocráticos, essencialmente produtivistas, e configurados como comunicação – esta acompanha o próprio desenvolvimento da velocidade como valor; uma e outra se confundem. Nessa circunstância, a comunicação em tempo real é o estado avançado da empiria do regime dromocrático na atualidade; sua lógica engendra um sujeito em estado de prontidão, forçosamente veloz para ser capaz de responder, com presteza e assertividade, às demandas sociais.

## **2 Violência e reconhecimento na dromocracia comunicacional**

Em contexto dromocratizado, o sujeito produz-se socialmente atuando elementos mediadores específicos – a velocidade assumida como valor, com suas formas de operação imanentes à lógica da comunicação em tempo real. Estas se concretizam como [1] ação projetada para obter o rendimento ótimo do corpo e das relações cotidianas, individuais ou grupais, com os objetos e a alteridade; [2] reciclagem acelerada de imagens, informações, objetos e também da alteridade (TRIVINHO, 2010), incluindo produção e consumo diuturno de equipamentos e rede capazes de comunicação em tempo real; e [3] fragmentação de informações, do pensamento e da linguagem como resultado prático da subordinação do sistema de produção mediática e da subjetividade à lógica produtivista. Ao atuar esses elementos mediadores, o sujeito não apenas os reproduz, mas assume como suas as propriedades mediadoras do regime dromocrático, como se estas significassem uma verdade a partir da qual ele (o sujeito) projeta-se como efeito. Em outras palavras, o sujeito atribui ao referido regime, e por extensão aos seus elementos mediadores, a função de significantes – configurados e assimilados simbolicamente como detentores de uma verdade –, em relação aos quais ele, sujeito, posiciona-se como quem é portador de uma falha caracterizada como um saber a menos.<sup>3</sup>

Nessa experiência, o sujeito encontra-se ocupado com as mediações, no sentido de atarefado, e tomado por elas, no sentido de colonizado. Isso compromete sua atuação nas relações intersubjetivas na medida em que a percepção de si e do mundo – outrem incluso – está reprogramada pelo vetor velocidade. Significa dizer que em contextos socioculturais

---

<sup>3</sup> Na teoria lacaniana, o sujeito é considerado efeito do funcionamento de um significante – nomeado significante mestre – simbolizado como algo/alguém único em sua sabedoria e, por esta razão, posicionado como autoridade em relação ao sujeito (cf. GONÇALVES, 2000, p. 19-28; LACAN, 2000).

# V COMcult

## o que custa o virtual?

dromocratizados a percepção processa-se mediada pela velocidade e por suas reverberações; o sujeito percebe a si próprio e a outrem no curso do deslocamento acelerado do corpo, com a experiência perceptiva transformada pela variação da velocidade atuada por ele (o sujeito).

Consideradas as experiências do sujeito nas circunstâncias em que ele atua a velocidade como valor social, pode-se dizer que nas relações intersubjetivas mediadas por esse vetor e por seus elementos derivados, sujeito e outrem se encontram em situação desfavorável para se reconhecerem como existentes e, nesta condição, como válidos em sua singularidade. Isso ocorre porque em contextos dromocratizados tende haver baixa probabilidade ou até mesmo impossibilidade de outrem ser percebido e levado consideração, aceito e admitido como existente que, sendo o que é, é válido na expressão de sua existência por meio de seus valores, suas ideias, seus sentimentos, suas atitudes, decisões, visões de mundo e seu *modus vivendi*. A dificuldade em questão configura-se nas seguintes situações:

[1] a ação perceptiva processada com interveniência dos elementos mediadores dromocráticos constitui-se em experiência relacional matizada pela efemeridade e fugacidade de corpo e subjetividade, do olhar e da atenção, da expressividade facial e da linguagem; na empiria da vida social, as manifestações de si configuram-se como alheamento, distração, dispersão, desatenção, impaciência, irritabilidade, intolerância e indiferença;

[2] a mentalidade determinativa reproduzida pelo sujeito quando este atua a lógica dromocrática comunicacional dificulta a outrem ser percebido, aceito e admitido como existente portador de pretensões legítimas (HONNETH, 2011, p. 176);

[3] a mentalidade produtivista reproduzida pelo sujeito na forma de ação orientada ao alcance do melhor rendimento de corpo, subjetividade e da existência – incluídas nessa lógica as interações tratadas como trabalho intersubjetivo aferido quantitativamente – fomenta a objetificação tanto do sujeito quanto de outrem e a reificação da alteridade.

Em síntese, nas relações intersubjetivas, o sujeito, com efeito, desempenha simbolicamente a ação da velocidade sobre corpo e subjetividade, e se relaciona com os próprios valores e elementos mediadores da lógica dromocrática comunicacional, em sistema de espelhamento com esta. Há aí um movimento de escape, de desvio do sujeito quanto ao objeto da relação, seja porque a lógica do regime dromocrático comunicacional é a da mobilidade, do deslocamento, deslizamento e da consumação acelerada do espaço – e na

# V COMcult

## o que custa o virtual?

experiência da fugacidade é difícil para ele deter-se em um ponto, demorar-se com alguém, isto é, ele tende a afastar-se e alhear-se de outrem –, seja porque o objeto da relação intersubjetiva é o próprio regime dromocrático comunicacional, posicionado como um significante para o sujeito, como antes visto. Isso quer dizer que as relações intersubjetivas dromocratizadas tendem a reproduzir as propriedades das mediações dromocráticas, com estas sendo vivenciadas pelo sujeito, matizando o tratamento dispensado à alteridade. Cabe observar que esse fenômeno independe da ocorrência de mediação tecnológica, como pode parecer à primeira vista. Se a velocidade foi assimilada como elemento axial da lógica comunicacional dromocrática e é reproduzida como valor na dinâmica da vida social, significa que as propriedades das mediações dromocráticas reverberam no sujeito, mesmo quando equipamento e rede capaz de comunicação em tempo real estão ausentes.

O escape, alheamento e a reificação, processados entre sujeito e outrem em contextos dromocratizados, ocorrem sob influência das seguintes razões:

[1] outrem está ofuscado pelos elementos mediadores do regime dromocrático comunicacional, seja por causa da valoração e assimilação pelo sujeito das propriedades dos referidos elementos, seja pelo excesso de mediações na vida social;

[2] tanto sujeito quanto outrem perderam a centralidade da cena relacional para processos e meios tecnológicos de comunicação, engendrados pelo imaginário como objetos viabilizadores da produtividade da vida social;

[3] as relações intersubjetivas são mediadas por uma mentalidade determinativa e produtivista que (a) atribui valor à alteridade com base no rendimento projetado sobre ela; (b) busca a produtividade do corpo na vida social, na forma de quantidades de tarefas cumpridas e de relacionamentos e/ou contatos pessoais realizados em determinado período de tempo; e (c) aprecia a imposição de valores e ideias como prática da assertividade e do comportamento positivo e exemplar que a sociedade espera do sujeito dromocratizado. A este resta a asserção como princípio de vida; são estranhos a ele o sentir, pensar e agir processados na demora reflexiva, no trabalho argumentativo, na dúvida, na ponderação e na contemplação como práticas da concentração perceptiva em algo ou alguém, para subsequente tomada de decisão ou expressão de ideias e de sentimentos nas formas linguística e gestual;

# V COMcult

## o que custa o virtual?

[4] sujeito e outrem se relacionam mediados pelos imperativos da fala e da ação incontinentes como práticas valorizadas socialmente porque sinalizam a materialização da assertividade do corpo dromocratizado. A própria ideia de comunicação em uma sociedade mediática e hiperativa, a depender da caracterização atribuída ao termo, contém como princípio ativo a fala no sentido da ação e manifestação verbal do sujeito sobre outrem. Esses imperativos reduzem fortemente a possibilidade das experiências do ouvir, do não falar, do não agir, do demorar-se em alguém e do contemplar algo como posições assumidas para receber e admitir outrem como alguém válido em sua singularidade e na expressividade de suas ideias, seus valores, sentimentos, sua visão de mundo e seu *modus vivendi*. O silêncio como modo de manifestar a aceitação e admissão de outrem como válido é subavaliado nas relações mediadas pela lógica da comunicação em tempo real;

[5] a experiência perceptiva é mediada pela velocidade e processa-se no ritmo da aceleração do movimento do corpo, com sujeito e outrem se percebendo na dinâmica do imediatismo, do deslocamento e da fugacidade. A qualidade da percepção resta modulada e o sujeito vê-se em condições limitadas para expressar atenção a outrem por meio do olhar, dos gestos e da linguagem, pelo fato de sua expressividade estar subordinada à lógica da produtividade e da economia de tempo, ou seja, à lógica do tempo real.

Agrupadas e reescaladas, as situações originadoras de uma nova configuração das relações intersubjetivas interpessoais, quando mediadas pela velocidade, instauram uma condição de invisibilidade do sujeito e da alteridade. Esta invisibilidade configura-se em sentido metafórico porque não se trata de o indivíduo não ser percebido porque está fora do campo visual de alguém; mas porque se encontra na condição de não ser levado em consideração como alguém válido (HONNETH, 2011, p. 170). Esse estado de coisas social sugere que o reconhecimento processado nas relações intersubjetivas interpessoais, mediadas ou não tecnologicamente, pode estar se tornando uma experiência cada vez mais débil, pela razão de restar comprometida – por questões de contexto e de reprogramação de corpo e subjetividade pela lógica dromocrática comunicacional, como visto – a possibilidade de outrem ser percebido e considerado como válido, aceito como existente e, em sua existência, admitido na expressão de suas ideias, opiniões, sentimentos, valores, visão de mundo e *modus vivendi*.



### **3 A experiência do reconhecimento e a lógica da comunicação em tempo real**

A experiência do reconhecimento de que trata este estudo pode existir em estado latente como potência nas relações intersubjetivas interpessoais pelo fato de o sujeito poder ser considerado projeto aberto, no sentido conferido ao termo por Sartre (1997, p. 623). O reconhecimento existe como possibilidade e capacidade disponíveis, com mais ou menos condições de se concretizar a depender da vigência de fatores – não cumulativos – como os valores individuais e sociais; a liberação psíquica do sujeito na forma de disposição, abertura e interesse espontâneo por outrem; os acontecimentos na vida cotidiana, previstos ou casuais, que desencadeiam a necessidade ou o desejo do sujeito de adotar o reconhecimento como princípio norteador das relações com outrem; e as condições de contexto nas quais sujeito e alteridade estão implicados e que exigem deles determinadas expressões específicas de si, conscientes ou inconscientes, intencionais ou não-intencionais, programadas, imprevisíveis ou incontroláveis.

Na vida social orientada pela lógica produtivista da comunicação em tempo real, sujeito e outrem agem, um em relação ao outro, atuando a velocidade como força que torvelinha corpo e subjetividade em pensamentos, sentimentos, processamento de informações e tarefas de toda a ordem. A experiência associa estados de congestionamento e turbilhonamento dos sentidos, inclusive da percepção, e de alheamento da subjetividade, propiciando a atenção fugidia e a dificuldade do sujeito de perceber, considerar e reter aquilo que outrem expressa em linguagem e gestos.

Embora o reconhecimento não dependa estritamente de condições não dromocratizadas para se processar – da demora, do vagar e da estabilidade da percepção e da atenção dedicada a outrem –, a aceleração da vida social contribui para a debilidade da referida experiência na medida em que reprograma os valores sociais, a subjetividade e a percepção, instaurando um ambiente desfavorável para o reconhecimento processar-se. Este, hipoteticamente, pode ser concretizado a qualquer momento e em qualquer circunstância, mesmo com os interlocutores sendo mediados pela velocidade, com ou sem a presença de elementos tecnológicos capazes de rede e de comunicação em tempo real. Basta, para isso, que haja algumas das seguintes condições: [1] valores demarcadores do reconhecimento, [2]

# V COMcult

## o que custa o virtual?

consciência do sujeito a respeito desses valores, [3] previsão de uma conduta inclusiva do outro, [4] acontecimentos desencadeadores da adoção do reconhecimento como princípio nas relações com outrem ou [5] apenas a receptividade espontânea do outro como interesse e abertura apriorística do sujeito a ele. Ocorre que a experiência do reconhecimento se articula ao modo de uma rede constituída por relações dinâmicas entre fatores psíquicos e comportamentais, lógicas sociais, culturais e econômicas de época, valores pessoais e sociais, além de configurações situacionais.

Na economia do reconhecimento, a ocorrência e a qualidade da experiência são dependentes desses elementos e não, necessariamente, condicionadas ao controle do sujeito. Nessa dinâmica, o reconhecimento caracteriza-se como vivência nem sempre completa e estável no percurso das relações que perfazem a vida psíquica e social, concretizada também por influência das condições intersubjetivas ou contextuais. Essa experiência incomum pode estar se tornando ainda mais rarefeita por influência da açambarcação da subjetividade pela lógica dromocrática e produtivista da comunicação em tempo real, pelas razões já vistas.

O caráter de estabilidade e constância do reconhecimento na vida social – em uma acepção moderna do termo – pode ser concebido por estímulo de fatores especiais como o interesse do sujeito por outrem, com esta experiência sendo compreendida na realidade do dom (CAILLÉ, 2006, p. 56-58)<sup>4</sup>, como expressão de prazer. Condições de estabilidade para o reconhecimento também são encontradas na vivência do amor em circunstâncias privadas, configuradas em quatro contextos diferenciados, definidos aqui com base na proposição de Honneth (2003, p. 159) para uma teoria do reconhecimento, a saber, na socialização primária, nas relações entre pais e filhos, na amizade e nas relações eróticas entre parceiros. Seja como experiência estável, seja como experiência incerta na vida social, o reconhecimento é compreendido no presente estudo como potência disponível nas relações intersubjetivas, concretizada quando ocorre pelo menos uma destas condições:

[1] o sujeito é admitido como alguém aprioristicamente válido em sua singularidade. Nesta experiência, pode não estar prevista a reciprocidade entre os sujeitos em interação;

---

<sup>4</sup> Ao analisar o interesse e o “desinteressamento” na realidade do dom, Caillé (2006, p. 56-58) distingue “interesse em” de “interesse por”. A primeira expressão diz respeito à instrumentalidade e à exterioridade da ação dirigida a algo ou alguém. Já a segunda refere-se ao interesse do sujeito por alguém ou algo como um prazer que ele sente e que se justifica como um fim em si mesmo.

# V COMcult

## o que custa o virtual?

[2] os valores, sentimentos, as atitudes, ideias, visões de mundo e o *modus vivendi* da alteridade são aceitos, pressupondo sua não retaliação pelo sujeito em função do modo como aquela se põe e se expressa;

[3] em contexto de conflito, a experiência do reconhecimento é orientada ao entendimento mútuo correspondente à concordância das partes em relação aos procedimentos para a solução de problemas, sem a necessidade de haver consenso a respeito de valores e visões de mundo.

A forma como o reconhecimento se processa nessas condições é, sempre, simbólica – linguística (escrita ou falada) e/ou gestual (corporal ou facial) – havendo necessidade de coerência entre os elementos linguísticos e gestuais. Para se concretizar, é fundamental que o ato do reconhecimento seja reconhecido por meio da explicitação de sinais emitidos pelo sujeito e que signifiquem sua disposição à interação e à aceitação de outrem (HONNETH, 2011, p. 170-174). Em outras palavras, outrem precisa ser visível para o sujeito, não apenas porque é detectado no campo visual, mas porque é levado em consideração e apreciado como alguém válido (HONNETH, 2011, p. 170), sendo necessária a manifestação simbólica desse modo de aceitá-lo e admiti-lo.

A expressividade simbólica do reconhecimento não é, a rigor e necessariamente, incompatível, em sua totalidade, com experiências dromocratizadas. Pode-se até admitir que com corpo e subjetividade mediados pela aceleração da vida social sujeito e alteridade vivenciem o reconhecimento, a se considerar as condições especificadas neste estudo. O que se defende aqui não é o desaparecimento da experiência em contextos dromocratizados, mas o enfraquecimento e esmaecimento de elementos de base para ela processar-se.

Por princípio, a lógica da comunicação em tempo real busca uma produtividade na consumação do ambiente que requer, de modo inelidível, novas formas de se vivenciar o tempo e o espaço; estes são comprimidos em sua extensibilidade como resultado do desenvolvimento técnico e tecnológico assimilado ao rendimento ótimo de corpo e subjetividade. Com base no entendimento de Castoriadis (1982, p. 225-226) para as referidas categorias, é possível admitir que o tempo e o espaço realizam-se, em bloco, no ato de processamento da alteridade, com o ente sendo e configurando-se espacialmente no instante do acontecimento das relações intersubjetivas. Se o tempo e o espaço estão reprogramados



por processos e objetos que atuam a lógica da instantaneidade e da simultaneidade – naturalizando um regime do instante, do momento, do fugaz, do coincidente, do síncrono – entende-se que a alteridade, nas condições especificadas, vivencia essa reprogramação. Significa que sujeito e outrem se percebem orientados por novas coordenadas que estão contribuindo para o delineamento da experiência de reconhecimento em contextos organizados e dinamizados pela lógica da comunicação em tempo real.

### Referências

- CAILLÉ, Allain. O dom entre interesse e desinteressamento. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta (Org.). **Polifonia do dom**. Recife: UFPE, 2006. p. 25-66.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GONÇALVES, Luiza Helena Pinheiro. **O discurso do capitalista: uma montagem em curto-circuito**. São Paulo: Via Lettera, 2000.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- \_\_\_\_\_. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Trotta, 2011.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007.
- \_\_\_\_\_. Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura: significação social-histórica de um substrato cultural regressivo da sociabilidade em tempo real na civilização mediática avançada. **Anais**. XIX Encontro Nacional da COMPÓS. Rio de Janeiro: COMPÓS, 2010. Disponível em: < [http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1\\_eugenio\\_trivinho.pdf](http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1_eugenio_trivinho.pdf) >. Acesso em: 18 jul. 2013.
- VIRILIO, Paul. **A inércia polar**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993a.
- \_\_\_\_\_. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993b.
- \_\_\_\_\_. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Velocidade de libertação**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.